A era do operariado global: lei geral da acumulação capitalista e a mundialização do exército industrial de reserva

Vicente Loeblein Heinen[*]

Resumo

O artigo discute a operação da lei geral da acumulação capitalista em escala mundial, investigando a evolução histórica do exército industrial de reserva e seu papel no imperialismo contemporâneo. Empiricamente, o estudo baseia-se em dados da ILOSTAT, que permitem analisar o ritmo de crescimento do operariado global e sua dispersão geográfica entre as décadas de 1970 e 2020. A análise demonstra que o emprego industrial segue crescendo nas últimas décadas, porém deslocando-se dos países imperialistas e dependentes de industrialização tardia para regiões dotadas de exércitos de reserva ainda mais volumosos, em especial China, Índia, Nigéria e outros países do Sul e Sudeste da Ásia. O deslocamento produtivo do capital monopolista resulta na manutenção de baixos salários nos países periféricos e no enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores nos países centrais. Assim, a mundialização do exército industrial de reserva amplia a taxa de exploração da classe trabalhadora em escala global, reforçando a concentração de riqueza e o pauperismo relativo que caracterizam a lei geral da acumulação capitalista.

Palavras-chave: imperialismo; globalização; reestruturação produtiva; arbitragem de salários.

The era of global proletariat: the general law of capitalist accumulation and the mundialization of the industrial reserve army

Abstract

This article discusses the operation of the general law of capitalist accumulation on a global scale, investigating the historical evolution of the industrial reserve army and its role in contemporary imperialism. Empirically, the study relies on ILOSTAT data, enabling analysis of global workforce growth and its geographical distribution from the 1970's to the present. The analysis demonstrates that industrial employment has continued to grow in recent decades, shifting from imperialist countries and late-industrializing nations to regions with even larger reserve armies, particularly China, India, Nigeria and other countries in South and Southeast Asia. The productive displacement of monopolistic capital results in the maintenance of low wages in peripheral countries and the weakening of workers' bargaining power in central countries. Thus, the mundialization of the industrial reserve army increases the exploitation rate of the working class on a global scale, reinforcing wealth concentration and the relative pauperization that characterize the general law of capitalist accumulation.

Keywords: imperialism; globalization; productive restructuring; global labor arbitrage.

[*] Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

Desde seu surgimento, o capital busca impor o predomínio da forma-valor, unificando as relações sociais em torno dela. Após a dissolução dos feudos europeus, ele amontoou operários em grandes indústrias. A concentração e centralização de capitais daí derivada gerou um valor excedente exportável, que logo foi parar no "novo continente". Uma vez consolidado o mercado mundial, ao final do século XIX o globo foi partilhado entre as grandes potências emergentes, que passaram a exportar bens de capital para as colônias. A dita globalização seguiu avançando no século seguinte, tornando cada vez mais difícil dizer de onde vêm as mercadorias ou o que é uma empresa nacional.

Em meio a essa "unificação" do mundo pelo capital, uma barreira teve dissolução mais lenta: a dos salários nacionais. A ameaça da União Soviética e a organização do movimento operário ao redor do globo estabeleceram barreiras importantes para a sanha do capital sobre a remuneração da força de trabalho, particularmente na primeira metade do século XX. Como resposta, os capitalistas deram alguns anéis para ninguém questionar a joalheria, aceitando regulações trabalhistas dentro das fronteiras nacionais e a formação de uma aristocracia operária nos países imperialistas.

Evidentemente, esse arranjo permanece em disputa, sendo amplamente reconfigurado nas últimas décadas. Para fazer com que a lei do valor impere livremente sobre a força de trabalho, o capital tem buscado formas de expandir também as fronteiras desse mercado. Neste estudo, pretendemos argumentar que a dilatação das fronteiras do mercado da força de trabalho, consolidado na mundialização do exército industrial de reserva, é fundamental para a atual fase do capitalismo global, sendo uma das principais chaves para compreender as formas contemporâneas do imperialismo.

O artigo está dividido em quatro partes, para além desta introdução. A primeira seção trabalha no nível de abstração do modo de produção, sintetizando a lei geral da acumulação capitalista, conforme descrita originalmente por Marx, e suas implicações sobre o mercado da força de trabalho. A segunda seção confere elementos histórico-concretos à discussão, discutindo o papel das diferenças nacionais de salários para a transferência de valor no sistema imperialista. Em seguida, a terceira seção analisa o processo de mundialização do exército industrial de reserva e sua relação com a atual fase do imperialismo. Por fim, são tecidas as considerações finais.

1. Lei geral da acumulação capitalista e exército industrial de reserva

A consolidação do modo de produção capitalista teve como pressuposto histórico a grande indústria e sua capacidade de liberar o capital da dependência do crescimento natural da classe trabalhadora. Nas conhecidas palavras de Marx:

> A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se fossem duas potências independentes a se influenciar mutuamente. *Les dés sont pipés* [os dados estão viciados]. O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua "liberação" aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital (2012, p. 715).

Assim, a sociedade do capital fraciona a classe trabalhadora em dois grandes grupos: os operários ativos, que atendem à demanda da acumulação; e a superpopulação relativa, isto é, a população que está em excesso relativamente às necessidades do ciclo de acumulação de capital. Sendo essa oferta relativa às necessidades do capital industrial, trata-se de um exército industrial de reserva[1]. Aqueles que não servem a nenhum desses desígnios, geralmente por terem se tornado inválidos para o trabalho assalariado, formam, ainda, o lumpemproletariado.

Quanto mais depressa o capital se acumula, tanto mais trabalho demanda, tanto menor a quantidade de trabalhadores desesperados para vender sua força de trabalho e tanto mais caro eles podem vendê-la. Caso oposto ocorre em momentos de crise, quando a queda na rentabilidade do capital contrai os investimentos, reduzindo abruptamente a demanda por trabalho e recompondo o exército de reserva (Marx, 2020).

Essa dinâmica não apenas é cíclica, como conta com um componente tendencial. Isso porque a quantidade de trabalho demandada por cada unidade de capital investido é uma grandeza que tende a cair ao longo do tempo. Conforme descreveu Marx (2012), o

[1] "Marx trata os dois termos como sinônimos em *O Capital* [1867], texto em que os conceitua, revisa e publica originalmente [...]. Nos *Grundrisse* [1857], Marx utiliza apenas a denominação "superpopulação" e faz menção a outros modos de produção específicos que não o capitalista. Em *O Capital* ele utiliza "EIR" ou "superpopulação relativa" para designar um fenômeno do capitalismo, em especial [...]. Além disso, antes de Marx, em 1845, Engels descreve a situação de um "exército" ou "reserva" de trabalhadores desempregados na Inglaterra. Atualmente, conforme se descobriu em outros manuscritos não publicados por Marx, é possível observar que ele também já lidava com a questão desde 1847. Ambos, porém, teriam retirado os termos (exército de reserva) e se inspirado em metáforas criadas no seio do próprio movimento operário da época" (Felix, 2017, p. 112).

capital tende a ampliar, devido a circunstâncias próprias de seu ciclo, sua composição orgânica, ou seja, em concentrar-se cada vez mais em meios de produção, em detrimento da força de trabalho viva. Assim, a demanda por trabalho cresce com a acumulação, mas em ritmo tendencialmente menor.

De modo sintético, são dois os fatores que operacionalizam essa tendência: o desenvolvimento das forças produtivas e a centralização do capital. Dada a concorrência entre os múltiplos capitais individuais, cada um deles busca produzir mercadorias com o menor valor unitário possível, de modo a apropriar-se de parte do valor gerado por outros capitais (mais-valia extraordinária). Para isso, tendem a revolucionar continuamente o processo produtivo, introduzindo instrumentos e formas de gestão do trabalho mais produtivas, isto é, que reduzam a quantidade relativa de trabalho necessária para a produção de suas mercadorias.

Tal ganho de produtividade faz com que determinados capitais cresçam mais do que outros, apropriando-se de maiores margens de mercado. Dessa forma, o capital social se centraliza em unidades maiores, seja pela quebra e posterior anexação de empresas menores ou por fusões ocorridas entre elas. Esse processo reforça a formação da superpopulação relativa, uma vez que "a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa de trabalho" (Marx, 2012, p. 703).

Dado sua capacidade de desenvolver as forças produtivas e concentrar meios de produção, o ciclo do capital determina não apenas a produção capitalista, mas também o espaço dos demais modos de produção[2]. Ao elimina-los, incorpora um exército de reserva que estava latente, o qual passa a ser integrado ao mercado da força de trabalho capitalista.

Isso posto, estamos em condições de fazer o caminho de volta. Como a formação da superpopulação relativa retroage sobre a acumulação? Já tivemos a oportunidade de comentar a primeira de suas funcionalidades ao ciclo do capital. Trata-se do fato de que, havendo uma sobreoferta permanente de força de trabalho, o capital se liberta das amarras

[2] "À medida que o capital [industrial] se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionados e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade. Os outros tipos de capital, surgidos antes dele em condições sociais de produção pretéritas ou em declínio, não apenas se subordinam a ele e são por ele modificadas no mecanismo de suas funções, mas se movem exclusivamente com base nele e, portanto, vivem e morrem, mantêm-se e desaparecem com essa sua base" (Marx, 2014, p. 134).

naturais do crescimento da classe trabalhadora, não correndo o risco de que lhe faltem braços para tocar sua expansão.

> Quando existe um maciço exército de reserva, a taxa crescente de acumulação não exerce influência significativa na relação entre a demanda e a oferta da mercadoria força de trabalho (exceto, possivelmente, em algumas profissões altamente qualificadas) (Mandel, 1985, p. 26).

Aliado a isso, está uma segunda funcionalidade: a de modificar a correlação de forças na luta de classes pela ampliação da concorrência entre os trabalhadores. A coerção muda promovida pelo pauperismo e pela degradação fisiológica e moral que tende a acompanhar o desemprego e o subemprego é um instrumento muito mais eficiente do que qualquer outra forma de violência. Logo, quanto maior for a superpopulação relativa, tanto menor será o poder reivindicatório da classe trabalhadora e sua resistência quanto a salários baixos, jornadas de trabalho desgastantes ou tarefas mais pesadas, por exemplo.

Esses fatores contribuem para aumentar o hiato entre o valor pago pela força de trabalho, face ao seu nível de desgaste, e o valor excedente apropriado pela classe capitalista:

> O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e viceversa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual (Marx, 2012, p. 711).

Assim, a lei geral da acumulação capitalista é tal que o sistema gera, simultaneamente, riqueza em um polo, e pobreza no outro. À medida em que o capital se acumula, gerando riqueza para os capitalistas, ele intensifica a concorrência entre os trabalhadores, pressionando a taxa de exploração e ampliando o pauperismo relativo da classe trabalhadora.

Todos esses elementos estão intrinsecamente relacionados ao movimento da taxa de lucro, que comanda o ciclo do capital. Se, por um lado, o crescimento da composição orgânica do capital contrai a taxa de lucro, por outro, ele amplia o exército de reserva e, com ele, a taxa de mais-valia, contrarrestando essa queda e permitindo a recomposição da taxa de lucro. Nesse sentido, o tamanho da superpopulação relativa é um dos principais fatores contratendenciais à queda da taxa de lucro, sendo central para determinar o ritmo da acumulação e seu movimento cíclico (Marx, 2017).

2. Imperialismo e arbitragem de salários

Embora Marx não tenha chegado a concluir seu projeto de escrever sobre a dinâmica do modo de produção capitalista em escala mundial, as leis gerais desse sistema, elaboradas em nível de abstração mais elevado, podem ser desdobradas para essa análise (Miranda, 2017). No nível de análise do mercado mundial, a lei geral da acumulação capitalista se defronta com um conjunto heterogêneo de capitais, alocados em distintos países, com diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas.

Conforme sustenta Leite (2017), o desenvolvimento desigual e combinado do capital em escala mundial é a condição para a existência de transferência internacional de valor. Esta, por sua vez, é a essência do sistema imperialista, que opõem regiões que absorvem valor (países ou blocos imperialistas) aos que lhe transferem (formações dependentes).

A transferência de valor entre capitais sediados em distintos países pode se dar em três níveis de abstração: *i)* no comércio internacional, em que mercadorias produzidas com distintas composições orgânicas do capital são trocadas pelo mesmo valor; *ii)* no investimento externo, quando ocorre a repartição da mais-valia em lucro, juro e renda; e *iii)* na expropriação, que ocorre quando os Estados imperialistas utilizam de meios extraeconômicos (força militar, violência, roubo, etc) para se apropriar de valores de uso (Leite, 2017).

Ao contrário do capital, que se torna cada vez mais apátrida, a força de trabalho não é uma mercadoria dotada de grande mobilidade. Ao contrário das fábricas, que podem cruzar fronteiras com bastante facilidade, a presença de imigrantes é controlada à risca pelos países imperialistas. Essa prática acentua os diferenciais de salários entre países, permitindo grandes margens de arbitragem para o capital monopolista.

Nos termos de Mandel (1985), o "capitalismo tardio" do pós-guerra foi marcado pela dispersão do capital monopolista através do investimento externo direto, em que multinacionais instalam plantas fabris próprias para produzir nos países dependentes. O autor acreditava, contudo, que os países centrais não abririam mão do controle direto de suas fábricas, mantendo parte significativa da produção em seu próprio território como forma de minar o desenvolvimento dos países periféricos[3].

[3] Em sua crítica a Emanuel, Mandel é taxativo ao afirmar que a "ideia de que a indústria britânica de artigos de algodão se 'transferiria' para os Estados Unidos, a Índia ou o Egito porque nesses países os artigos de algodão seriam produtos de modo mais 'lucrativo' é absurda" (1985, p. 252).

Esse cenário se alterou radicalmente ao final da década de 1960, quando, em resposta à crise de rentabilidade do capital, os países imperialistas ampliaram a pressão para a abertura dos fluxos de capitais e de mercados consumidores ao redor do mundo. Com isso, a possibilidade de ganho de autonomia dos países "emergentes", isto é, em processo de industrialização, foi radicalmente reduzida.

O aumento da mobilidade do capital, junto das inovações trazidas pela terceira revolução industrial, facilitou enormemente o controle sobre o processo produtivo, permitindo a desverticalização e o reposicionamento geográfico das cadeias de produção e circulação de mercadorias (Harvey, 2012). Com isso, o capital empreendeu uma grande reestruturação produtiva, que teve no deslocamento do capital industrial de países avançados, em direção a países com massivos exércitos industriais de reserva, um de seus principais pilares.

Para os países dependentes, a reestruturação do capitalismo global observada a partir da década de 1970 significou uma forte perda de autonomia para a condução das políticas cambial e comercial, além de um aprofundamento da dependência tecnológica e financeira (Carcanholo, 2017). Assim, a industrialização orientada à exportação se tornou a única opção capitalista para os países pobres que não conta com abundância de recursos naturais (Smith, 2019).

De acordo com dados da UNCTAD, sistematizados por Smith (2019), a participação das "nações em desenvolvimento" nas exportações de manufaturados globais teve um forte salto a partir da década de 1970, passando de cerca de 5%, para 30% no começo do século XXI. O motor desse processo deixou de ser o investimento externo direto, como fora no pós-guerra. Conforme sustenta Smith (2019), essa forma cedeu espaço para o processo conhecido como *arm's lenght*, que ocorre quando uma empresa transnacional, geralmente sediada em países imperialistas, terceiriza partes, ou mesmo todo a produção de sua cadeia, para empresas sediadas em países dependentes.

> Como resultado, surge uma estrutura peculiar de comércio internacional, onde empresas de países do Norte competem com outras empresas de países do Norte e seu êxito está associado à sua habilidade para cortar custos através da transferência da produção (outsourcing), enquanto empresas em países de baixos salários competem agudamente para exercer a mesma "vantagem comparativa", sabendo do excesso de trabalhadores desempregados e desesperados por trabalhar (Smith, 2019, p. 55, tradução livre).

3. A globalização do exército de reserva

Segundo Foster, McChesney e Jonna (2011), essa nova fase do imperialismo e da divisão internacional do trabalho se deve à emergência de um massivo exército industrial de reserva global na segunda metade do século XX. De acordo com os autores, a formação desse exército contou com duas fontes principais: *i)* a destruição de modos de produção não-capitalistas, que permitiram a incorporação de grandes parcelas do exército de reserva latente para o mercado da força de trabalho; e *ii)* a conversão ao mercado capitalista dos ditos países do "socialismo real".

O primeiro desses movimentos foi mais gradual, todavia teve um salto importante em meados do século XX, com a aceleração do processo de urbanização moderno, em detrimento dos povos originários e do campesinato. Já o segundo movimento teve início nas últimas décadas do século passado, tendo nas reformas liberalizantes da China, iniciadas em 1978, seu principal marco. Posteriormente, já no início da década de 1990, as fileiras do exército industrial de reserva globais receberam uma nova e massiva leva de soldados, mediante a liberalização da economia indiana.

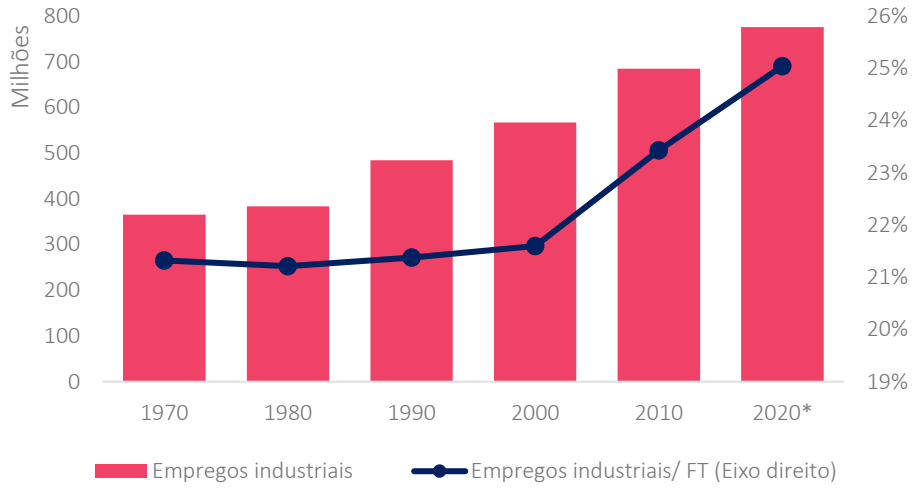
Nas estatísticas oficiais da Organização Internacional do Trabalho (ILO, na sigla em inglês), o conceito de "força de trabalho" é composto pelas pessoas com mais de 15 anos de idade, que se encontram ocupados em atividade econômica ou à procura de trabalho, isto é, desempregadas[4]. De acordo com os dados mais recentes da ILO (2024), a força de trabalho mundial é atualmente composta por mais de 3,2 bilhões de pessoas. Desse montante, estima-se que cerca de 800 milhões, ou ¼ do total, sejam operários industriais *stricto senso*, isto é, trabalhadores empregados em indústrias de transformação, extrativas, serviços industriais de utilidade pública ou no setor da construção.

Contrariando as teses que enxergam no capitalismo contemporâneo uma sociedade "pós-industrial", o capital industrial, isto é, o capital produtor de mais-valia, segue incorporando mais e mais pessoas. Mesmo se considerarmos apenas a conceito burguês de indústria, excluindo, portanto, os serviços produtivos, que têm se expandido rapidamente nas últimas décadas[5], veremos que o emprego industrial mais do que dobrou desde a década de 1970, com ritmo médio de crescimento da ordem de 1,3% ao ano. Mais

[4] Para uma discussão sobre a relação entre as estatísticas oficiais do mercado de trabalho com as categorias marxistas, ver Heinen (2021).
[5] Sobre a discussão sobre o capital produtivo no setor de serviços e a categoria capital industrial em Marx, ver Carcanholo (2008).

do que isso, os dados apresentados na Figura 1 indicam que a participação dos empregos industriais na força de trabalho total, que ficou praticamente constante entre as décadas de 1960 e 1990, tem crescido no início do século XXI, mediante a desaceleração do crescimento demográfico.

Figura 1 – Evolução do total de operários industriais nos 100 maiores países do mundo (milhões de pessoas, média por décadas)

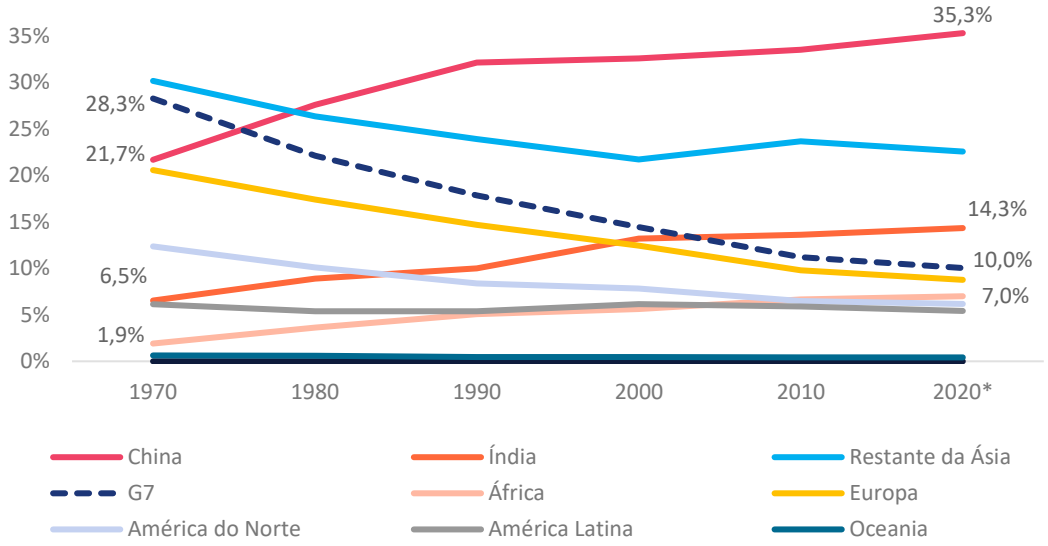


* Média de 2021 a 2023
Fonte: ILO (2024); Elaboração própria.

Os dados também ilustram bem o processo de deslocamento produtivo a partir da década de 1970, quando teve início um forte crescimento da participação de países do "sul global" no operariado industrial, em detrimento de economias desenvolvidas. A participação dos países do G7 (EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Japão e Canadá), que girava em torno de 30% antes desse processo, caiu pela metade até o final do século XX, encontrando-se atualmente em apenas 10% do total (Figura 2).

Arbitrando sobre o exército de reserva e, por consequência, os baixos salários dos países pobres, uma quantidade crescente de plantas industriais, financiadas direta ou indiretamente pelo capital monopolista, foram instaladas na China a partir da década de 1970 e, particularmente a partir da década de 1990, na Índia. Somados, esses dois países representam hoje cerca de 40% da força de trabalho mundial e mais da metade do operariado industrial em seu conceito restrito.

Figura 2 – Distribuição geográfica do operariado industrial (média por décadas com sobreposição de todas as fontes disponíveis no ILOSTAT)

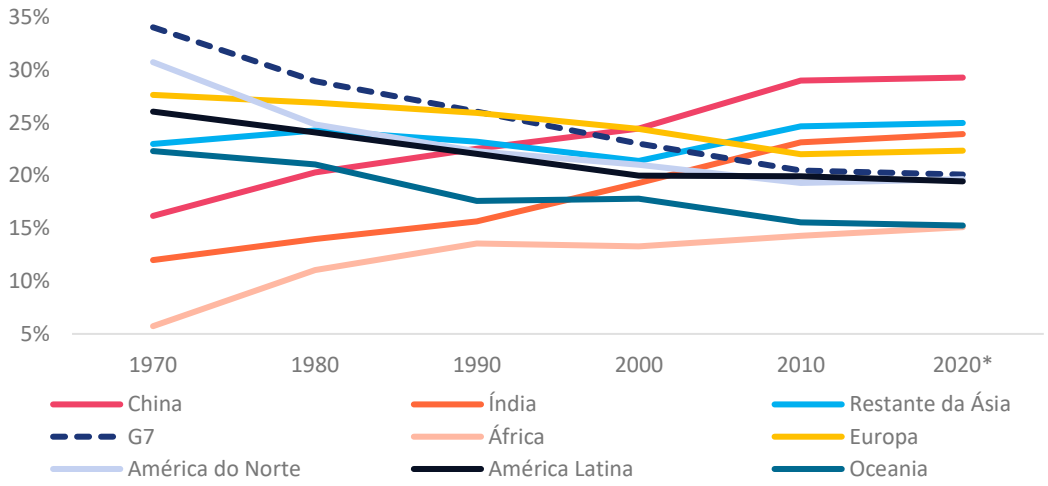


* Média de 2021 a 2023
Fonte: ILO (2024); Elaboração própria.

O processo de *arm's lenght* impulsionou também a industrialização de outros países, em particular aqueles que se encontram sobre influência do capital chinês. Os dados da ILO (2024) indicam que os países com maior participação nesse processo foram Vietnã, Paquistão, Tailândia, Filipinas, Egito, Irã e Bangladesh. Além disso, a Nigéria foi um dos países que mais se industrializaram no século XXI, representando a incorporação de cerca de 9 milhões de operários industriais somente nas últimas duas décadas. Nos anos mais recentes, esse processo ganhou nova roupagem com a dinâmica de *nearshoring* dos EUA, que se reflete em um deslocamento de plantas produtivas para o México.

Os dados apresentados na Figura 3 sugerem uma espécie de "equalização" da parcela da força de trabalho empregada em atividades industriais entre os continentes. Por um lado, há uma queda das taxas da Europa e da América Latina. Já a China, que recentemente atingiu o patamar que essas regiões haviam atingido antes da reestrutura produtiva, apresenta sinais de estabilização. Por outro lado, nota-se um crescimento relativo do emprego industrial, que pode ser lido como uma absorção de parte do exército de reserva, em outras regiões pobres, particularmente na Índia, no restante da Ásia e na África.

Figura 3 – Participação do operariado industrial na força de trabalho (média por décadas com sobreposição de todas as fontes disponíveis no ILOSTAT)



* Média de 2021 a 2023
Fonte: ILO (2024); Elaboração própria.

É importante notar que esse movimento não significa a equalização da taxa de superpopulação relativa, uma vez que a empregabilidade nos demais setores de atividade econômica nos países avançados (em particular no comércio e nos serviços, devido ao maior nível de consumo interno) é muito maior, enquanto o exército de reserva latente (em grande medida não captado pelas medidas oficiais de força de trabalho) é muito mais expressivo na periferia. Ainda assim, esses dados indicam que o capital tem explorado crescentemente a arbitragem de salários no mercado mundial, absorvendo parte do massivo exército de reserva localizado na Ásia e em uma diversidade cada vez maior de outros países subdesenvolvidos ao redor do mundo.

Segundo Selwyn (2019), esse processo tende a promover uma elevação da produtividade do trabalho nos países dependentes, porém sem entregar os benefícios prometidos pela ideologia dominante. Ao serem integradas às cadeias globais de produção, as regiões pobres, com grandes exércitos de reserva, transferem valor para os países imperialistas, reproduzindo a pobreza pré-existente.

Conforme observam Foster, McChesney e Jonna (2011), a consolidação de um massivo exército de reserva global amplia a taxa de exploração da força de trabalho não apenas nos países periféricos, mas também no centro do sistema. Além da transferência de valor, o deslocamento produtivo tem permitido uma elevação da taxa de mais-valia do capital monopolista por outras duas formas: *i)* pelo aumento da produtividade do trabalho nas indústrias produtoras de bens salário, os quais são importados pelos países centrais,

potencializando a extração de mais-valia relativa interna; *ii)* pela redução da demanda por trabalho no interior dos países imperialistas, o que aumenta seu exército de reserva e reduz o poder de barganha da classe trabalhadora local, ampliando a taxa de exploração.

Considerações finais

O processo de deslocamento do capital industrial em direção aos países com massivos exércitos industriais de reserva está no centro do processo de transferência internacional de valor do imperialismo contemporâneo. Ao contrário do que ocorreu em outros momentos históricos, a industrialização acarretada por essa dinâmica confere pouca ou nenhuma autonomia a esses países. A produção realizada localmente é majoritariamente terceirizada por multinacionais que detêm o monopólio sobre o comércio ou sobre processos produtivos. Assim, a renda gerada é escoada para os países imperialistas, reproduzindo a pobreza na periferia capitalista.

Em que pese essa transferência de valor, a classe trabalhadora residente nos países centrais tampouco se beneficia das modificações na divisão internacional do trabalho. A centralização do capital, característica do modo de produção capitalista e acentuada desde a década de 1970, restringe ao máximo a distribuição da renda para o conjunto da nação. Ao mesmo tempo, o deslocamento produtivo amplia o exército de reserva nos próprios países centrais, minando o poder de barganha historicamente construído pelo movimento operário na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

Assim, o grau de exploração da força de trabalho, proporcionalmente à riqueza por ela gerada, cresce tanto nos países centrais, quanto nos dependentes. Em outras palavras, quanto mais o capital expande suas fronteiras e se acumula, maior o pauperismo relativo da classe trabalhadora. Trata-se, portanto, do pleno funcionamento da lei geral da acumulação capitalista, conforme elaborada por Marx (2012), em escala mundial.

Referências

Carcanholo, Reinaldo A. Capitalismo contemporâneo e trabalho produtivo. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p. 205-221, 2008.

Carcanholo, Marcelo Dias. **Dependencia, Superexplotacióm del trabajo y crisis**: una interpretación desde Marx. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

Felix, Gil. Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini. **Revista da SEP,** Niterói/RJ, n. 47, mai-ago/ 2017, p. 104-128.

Foster, John Bellamy; McChesney, Robert W.; Jonna, Jamil R. The Global Reserve Army of Labor and the New Imperialism. **Monthly Review**, v. 63, n. 6, nov/2011.

Harvey, David. **Condição Pós-Moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança de cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Heinen, Vicente Loeblein. **Superpopulação relativa no Brasil**: tamanho e composição entre 2012 e 2020. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 111. 2021.

ILO – Internacional Labour Organization. **ILOSTAT Data Explorer**. 2024. Disponível em: https://rshiny.ilo.org/dataexplorer30/. Acesso em: dez nov. 2024.

Leite, Leonardo de Magalhães. **O Capital no Mundo e o Mundo do Capital**: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, 354 p., 2017.

Mandel, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

Marx, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

Marx, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

Marx, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

Marx, Karl. **Wage-Labour and Capital**. 2ª ed. Paris: Foreign Languages Press. 2020.

Miranda, Flávio. Teoria do valor e mercado mundial em Marx: Desenvolvimento desigual e dominação internacional. **Revista da SEP**, n. 47, mai-ago/2017.

Selwyn, Benjamin. Poverty chains and global capitalism. **Competition & Change**, v. 23, n. 71-97, 2019.

Smith, John. Imperialismo em el siglo XXI. **Estudios Críticos del Desarrollo**, v. 10, n.2, p. 49-74, 2019. Disponível em: https://estudiosdeldesarrollo.mx/estudioscriticosdeldesarrollo/wp-content/uploads/2019/01/ECD10-2.pdf. Acesso em: 07 dez. 2024.